

Diário do Legislativo de 23/04/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 346ª Reunião Ordinária Interrompida

1.2 - 236ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 346ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/4/2002

Presidência dos Deputados Ivo José e Maria José Haueisen

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Maria José Haueisen - Palavras do Sr. Oredes Krenak - Palavras do Sr. José Sátiro do Nascimento - Palavras do Sr. Sebastião Moreira - Palavras do Frei Diamantino Prata de Carvalho - Exibição de vídeo - Entrega de placas.

Composição da Mesa

O Mestre de Cerimônias - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Marcelo Resende de Souza, Diretor-Geral do Instituto da Terra - ITER -, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Sebastião Moreira, Secretário Adjunto Nacional do Conselho Indigenista Missionário - CIMI -, representando a Presidência do CIMI; Luciano Marcos Pereira da Silva, Coordenador do Conselho Indigenista Missionário Regional Leste (MG, ES, BA); o Frei Diamantino Prata de Carvalho, Bispo da Diocese de Campanha e responsável pelo CIMI - Leste na Comissão Episcopal de Pastoral Leste II; o Sr. José Sátiro do Nascimento, o cacique Aruanã de Uarcanaã, representante do povo Xukuru-Kariri; o Sr. Oredes Krenak, Líder do povo Krenak; e a Deputada Maria José Haueisen, autora do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Registro de Presença

O Mestre de Cerimônias - Registramos a presença, em Plenário, da Sra. Ercina Antônia Bispo Santana, mãe do índio Rosalino Gomes de Oliveira, líder do povo krenak, assassinado na luta pela terra em 1987, em São João das Missões, a qual é líder espiritual e tem 100 anos de idade; da Vereadora Maria Diva Maxakali, representante do povo maxakali; do cacique Bayara, representante do povo pataxó; Sr. Ivanildo Cardoso, representante do povo pankararu; do Sr. Raimundo Gomes de Oliveira, representante do povo xakriabá; do Sr. Zezinho Kaxixó, representante do povo kaxixó; da Sra. Rosa Índia Aranaã, representante do povo aranaã; da Dra. Simone Abreu, que, nesta oportunidade, representa a Secretaria de Estado da Saúde, na condição de Coordenadora Estadual da Saúde Indígena; da Sra. Sandra Ribeiro, assessora do Dr. Manoel Conegundes, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; do Subtenente Bombeiro Militar Jonair Rodrigues de Souza; do Capitão Bombeiro Militar Wallner da Silva Santos; do Subtenente Bombeiro Militar Robson Elmo de Souza Campos; do Sargento do Corpo de Bombeiros Militar Sebastião Fábio Faria. Registramos, ainda, a presença da Sra. Márcia Omaia, representante da Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais; da Sra. Vanessa Caldeira, representante do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES -; do cacique Sebastião Mongangá, representante do povo pataxó, e de Dusan Xavante, representante do povo xavante; das Sras. Carlúcia Maria Silva, do Conselho Nacional dos

Bispos do Brasil, Eva Torres e Rosemeire Pereira, da Arquidiocese de Belo Horizonte. Agradecemos ainda a presença dos alunos e dos professores dos Colégios Santo Agostinho e Santo Antônio.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Mestre de Cerimônias - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia dos Povos Indígenas e dos 30 anos do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Execução do Hino Nacional

O Mestre de Cerimônias - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional brasileiro.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Sr. Marcelo Resende de Souza, Sr. Sebastião Moreira, Sr. Luciano Marcos Pereira da Silva, Dom Diamantino Prata de Carvalho, Sr. Aruanã de Uarcana, Sr. Oredes Krenak, Deputada Estadual Maria José Haueisen, Srs. Deputados, prezados líderes e representantes dos povos indígenas, caros missionários e equipe de base da Secretaria Nacional do CIMI e do CIMI-Leste, caros convidados, senhoras e senhores, esta Casa do povo mineiro deve representar e defender, como tem buscado fazer, a causa dos povos indígenas.

Uma Casa como a nossa, destinada a criar as leis que regem a vida social, política e econômica de Minas Gerais, não pode ignorar os direitos e a história de povos e nações que habitam nosso território desde épocas remotas.

Esta Presidência deseja, portanto, na abertura desta reunião especial que comemora o Dia do Índio e, mais ainda, a Semana dos Povos indígenas, saudar a iniciativa da companheira Deputada Maria José Haueisen, que teve amplo apoio dos Deputados desta Casa. Renovamos, nesta oportunidade, nosso agradecimento pela importante contribuição das sociedades indígenas para a formação da cultura brasileira.

Quinhentos e dois anos após a conquista do Brasil pelo homem branco, estamos alcançando a compreensão das injustiças e dos preconceitos que, durante séculos, oprimiram os povos nativos de nossa terra, seus verdadeiros donos quando os portugueses aqui chegaram.

Nessa luta pelo reconhecimento dos direitos dos índios, muitos nomes e instituições podem ser destacados. Desde o pioneirismo humanista do Marechal Rondon, passando pelo trabalho igualmente humanitário desenvolvido pelos irmãos Villas-Boas, até os movimentos e instituições que continuam atuando em defesa da causa indígena.

No dia de hoje, cabe-nos homenagear a ação desenvolvida há 30 anos pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI -, que vem colaborando, de forma altamente louvável, para a construção de uma nova visão da realidade desse povo em nosso País.

Venho expressar a esse Conselho a nossa admiração por respeitar, sobretudo, a diversidade da população indígena que vive em quase todo o território nacional, formada por mais de 550 mil pessoas, num conjunto de cerca de 235 povos, com tradições, línguas, crenças, formas de viver e de pensar diferentes.

Para ampliar essa consciência que está surgindo no País, o CIMI assumiu, na "Semana dos Povos Indígenas" deste ano, o lema da CNBB para a Campanha da Fraternidade de 2002: "Por uma Terra sem Males", com o objetivo de despertar em todos nós um novo olhar para o índio, muitas vezes esquecido, e descobrir aspectos milenares de sua cultura que nos servem de lição.

Um olhar que o CIMI-Leste, também homenageado hoje nesta sessão, traz para mais perto de nossa realidade, com sua atuação missionária em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Sul da Bahia. A sua atuação abrange um conjunto de sete dioceses em diferentes regiões geográficas, apoiando e participando das lutas, desafios e esperanças dos oito povos indígenas que habitam nosso Estado.

Neste momento, queremos reafirmar aos líderes e representantes dos povos indígenas que este parlamento é solidário com suas lutas, com seus desafios e quer fortalecer o papel do Legislativo como aliado na busca de seus direitos históricos, ao lado de entidades como o próprio CIMI.

Conforme já afirmou um de seus representantes, do povo pataxó, "a sociedade branca tem que entender e respeitar o nosso jeito de viver. Não estamos lutando contra eles, somos também parte dessa sociedade, só que com nossas diferenças."

O grande desafio atual, não apenas no Brasil, não somente em relação ao índio, está diante de todos: respeitar e tolerar a diversidade cultural.

Vivemos um tempo em que teremos de dialogar e aprender uns com os outros, abrindo caminhos que nos levem à construção de uma sociedade mais solidária, democrática e humana.

É com este sentimento de fraternidade que homenageamos os povos indígenas no dia de hoje.

Muito obrigado!

Palavras da Deputada Maria José Haueisen

Exmo. Sr. Deputado Ivo José, Dr. Marcelo Resende de Souza, Sebastião Moreira; Luciano Marcos Pereira da Silva, Frei Diamantino Prata de Carvalho, Sr. Aruanã de Uarcana, Oredes Krenak, Sra. Ercina Antônia Bispo Santana, mãe do índio Rosalino Gomes de Oliveira; Exma. Sra. Vereadora Maria Diva Maxakali, representante do povo Maxakali; Cacique Bayara, representante do povo Pataxó; Sr. Ivanildo Cardoso, representante do povo Pankararu; Sr. Raimundo Gomes de Oliveira, representante do povo Xakriabá; Sr. Zezinho Kaxixó, representante do povo Kaxixó; Sra. Rosa Índia Aranã, representante do povo Aranã, celebramos, como já foi dito pelo Presidente em exercício, a Semana dos Povos Indígenas, antecipamos para hoje a data dedicada aos índios, dia 19 de abril, a fim de prestar essa homenagem aos índios e ao CIMI. A celebração do Dia do Índio tem significações e objetivos importantes. Entre eles:

- reescrever a história do Brasil, numa ótica bem diferente da oficial; resgatar o passado de um povo que durante 500 anos resistiu e resiste ainda hoje, bravamente; criar ambiente de conscientização, de fraternidade e solidariedade, nem tanto para eles, mas muito mais para nós, os chamados povos civilizados; reconhecer publicamente o erro de tantas gerações que, muitas vezes em nome do Rei ou usando o nome de Deus, escravizaram, mataram e impuseram ao povo indígena uma cultura completamente oposta aos seus costumes, interesses e idéias.

E não é de maneira aleatória que a CNBB escolhe anualmente os temas da Campanha da Fraternidade. Neste ano de 2002 o tema é "Fraternidade e Povos Indígenas", e o lema é "Por uma Terra sem Males".

A nossa história foi construída numa relação de oprimido e opressor. E a nossa terra, habitada por gente boa, pacífica, simples, uma terra grandiosa, tornou-se terra de males.

Os conquistadores, senhores de engenho, bandeirantes, exploradores de minas, governantes e historiadores, durante quase 500 anos contaram para todos, sob ótica distorcida e fantasiosa, a história dos índios. Vingativos, preguiçosos, autoritários e ignorantes eram adjetivos específicos que os opressores impunham aos primeiros habitantes do Brasil, verdadeiros donos da terra.

E esse tempo não passou ainda. Existem muitos que consideram os índios figuras folclóricas ou, pior ainda, uns pobres coitados que precisam ser tutelados e devem viver de esmolas.

Mas só o tempo purifica a história. E é justamente nessa linha de purificação do passado que está o CIMI - Conselho Indígena Missionário -, que nos 30 anos de existência e trabalhos dedicados à causa indígena reescreve, na prática, a história de um povo que em 500 anos de extermínio nunca perdeu a paixão pela vida. Um povo que, espoliado em seus direitos, nunca perdeu a convicção de que a terra é dele e a ele deve ser devolvida. Um povo que, muitas vezes, amedrontado diante da truculência dos civilizados, mas nunca acovardado, busca dias melhores para sua tribo e sua gente.

Falar do CIMI é falar de dignidade, de respeito e fraternidade. Nesses 30 anos de existência, junto ao povo indígena, o CIMI tem contribuído muito para trazer de volta uma vida melhor aos sobreviventes do maior genocídio da América Latina.

E aos poucos o processo da libertação vai chegando aos povos indígenas, que recuperam direitos que lhes garantirão a terra, o trabalho, a cultura própria, a crença religiosa e tudo mais de que precisam.

Parabéns ao CIMI, que não faz história sem os índios nem para os índios, mas faz história com os índios, ciente de que é nessa caminhada que eles transformam-se e tornam-se sujeitos da sua própria vida.

Prezados amigos e lideranças, represento aqui os Aranã, Kaxixó, Krenak, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Xakriabá e Xucuru-kariri, índios que vivem em suas terras, no nosso Estado.

Falei, no início deste pronunciamento, que um dos objetivos ao homenageá-los é reconhecer publicamente o erro de nossos antepassados e, ainda hoje, os erros de todos nós que não soubemos e não entendemos os valores que vocês têm: a paciência histórica, a humildade sem servilismo, o respeito às crianças, aos velhos e à natureza, o sentimento de partilha e da fraternidade, entre outros.

Que vocês consigam perdoar com grandeza a todos que falharam, desrespeitando-os por não reconhecerem em vocês cidadãos com direito à vida, e vida em abundância. E, assim, juntos poderemos trabalhar por uma terra sem males. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Oredes Krenak

Agradeço a todos que aqui compareceram. Falaremos a respeito da luta dos povos indígenas de Minas Gerais. Nossa luta vem de muitos anos. Lutamos pela conquista de nossa terra. Existem, ainda, vários índios dispersos pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Há cinco anos, retomamos nossa terra, numa luta em que tivemos que aprender, com a sociedade, as leis do Governo, para reconquistar nosso espaço. O Governo tomou as terras dos nossos povos antigos sem imaginar que estaria massacrando seus legítimos donos. Nossos índios antigos habitavam vasto território em Minas Gerais, no vale do rio Doce, e no Espírito Santo.

A nossa luta vem de muito tempo, com o apoio de várias entidades, em especial do CIMI, que está completando 30 anos nessa luta conosco. Agradecemos ao CIMI, que sempre nos apoiou na retomada da nossa terra e que continuará apoiando. Muitos parentes nossos ainda não têm terras demarcadas. Esperamos que o Governo Federal venha a reconhecer os nossos direitos, não criando leis sem consultar os povos indígenas, porque essas leis, às vezes, consideram o nosso povo como um povo qualquer. Criamos um conselho indígena para acompanhar a nossa luta. Estamos sempre nos reunindo com as lideranças indígenas de Minas Gerais para debater sobre as leis do Governo que prejudicam nosso convívio nas reservas indígenas. Esse Conselho foi criado especialmente para acompanhar e lutar pela demarcação das nossas terras. O Governo está olhando a sociedade índia sem respeito. Não chegamos aqui ontem, somos donos desta terra.

Agradecemos o CIMI pelo apoio aos nossos direitos, aos nossos espaços, sempre divulgando a nossa luta e a nossa resistência. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Sátiro do Nascimento

Acompanhando os companheiros que já falaram, agradecemos o CIMI pela luta em favor de todo povo indígena do Brasil. O companheiro Luciano era um aliado na luta do dia-a-dia, até derramar o seu sangue, como o nosso povo derramou. O Luciano tem essa coragem, de enfrentar o fazendeiro, o grileiro, que estão exterminando nosso povo. São 30 anos de luta com os índios ao seu lado.

Mas quero parabenizar o nosso companheiro Sebastião e também D. Diamantino, responsável pelo CIMI-MG.

Eu, Cacique Aruanã de Uarcã, cito o nosso companheiro Dr. Luiz Chaves, pessoa que participa do dia-a-dia do povo indígena do Estado. A situação de nosso povo não é tão fácil, é grave. Há 502 anos, vivemos no massacre, com muito sangue derramado, pois o governante do País, aliado a outros companheiros internacionais, permite isso.

Mas temos fé, primeiramente em nosso grande Deus Tupã, que há de nos ajudar a vencer a batalha que existe em cima deste chão. Além disso, temos nossos irmãos e a força de nossos companheiros do CIMI e desta Casa.

Quero deixar um apelo aos Srs. Deputados e ao Presidente para que nos ajudem a desengavetar um documento que existe nos cofres e gavetas do Congresso e que foi aprovado em 1988. Ele nunca foi desengavetado por causa do interesse, da usura e da ambição das pessoas

em relação às riquezas naturais das terras indígenas, atendendo às grandes multinacionais, hidrelétricas, mineradoras e madeireiras. Neste Governo, ainda existe o cafajeste Fernando Henrique Cardoso.

Não é possível, meus irmãos, que neste Brasil não exista uma semente boa que olhe a situação dos povos indígenas! Será que este País só tem semente ruim? Não acredito. Neste Brasil existe semente boa, e queremos que, uma hora, ela tome conta daquela casa chamada Palácio do Planalto, para ver de perto a nossa situação e colocar nas mãos de todos os povos indígenas o que foi violado até hoje.

Entrego também nas mãos da Deputada este documento e peço-lhe que leia com atenção o que ele diz sobre os grandes massacres do nosso povo no Estado de Minas Gerais. Isso não acontece conosco, mas com nossos irmãos, o que é o mesmo.

Quero deixar meus sinceros abraços a todos os meus irmãos de batalha indígena e a nossos companheiros do CIMI, o Dr. Luiz Chaves, D. Diamantino, o Sr. Sebastião e o nosso irmão Luciano Marcos Pereira.

Palavras do Sr. Sebastião Moreira

Em nome da Presidência do CIMI, quero agradecer à Deputada Maria José Haueisen por essa iniciativa, que nos honra e reafirma o nosso compromisso de luta junto aos povos indígenas.

Quero também cumprimentar o nosso companheiro Luciano, Diretor do CIMI nesta regional, e os membros do CIMI que trabalham nesta região.

Agradeço ainda a D. Diamantino, representante da Igreja Católica na Pastoral Indigenista desta região, e aos companheiros indigenistas que estão nesta Mesa, na pessoa dos quais quero cumprimentar todos os membros de povos e comunidades indígenas que aqui estão.

A todos que me precederam agradeço, por suas palavras e pelo reconhecimento ao trabalho do CIMI. Reafirmamos que o nosso compromisso é estar junto aos povos indígenas, na defesa de seus direitos, no reconhecimento de suas terras.

Faço um apelo a todos que aqui estão para que, junto com os povos indígenas, possamos construir uma sociedade com novos valores, sobretudo no que diz respeito à posse da terra, para que juntos possamos construir uma terra sem males.

Quero homenagear a memória dos companheiros do CIMI assassinados nesta luta de 30 anos e de muitos companheiros de vários povos indígenas que também foram assassinados. São mais de 700 povos literalmente exterminados nestes 502 anos de colonização desta terra chamada Brasil.

Por fim, quero agradecer, de modo especial, aos povos indígenas, pois são eles a razão do nosso trabalho. Se o CIMI está fazendo 30 anos, é pela existência deles; se o CIMI está sendo hoje homenageado, é pela existência deles. Junto com eles queremos construir uma nova sociedade, queremos conquistar uma terra sem males. Muito obrigado.

Palavras do Fr. Diamantino Prata de Carvalho

Distintos componentes da Mesa, autoridades presentes, irmãos e irmãs, povos indígenas tão bem representados neste Plenário, desde que o Filho de Deus assumiu a natureza humana, pisou o nosso chão e anunciou que Deus é Pai de todos, aqueles e aquelas que o seguem, ao longo da história, têm assumido este compromisso de defesa dos grandes valores humanos presentes na variedade dos povos e de suas culturas.

Logo no início da expansão do cristianismo, os Santos Padres diziam que em cada povo, em cada cultura, existem sementes do Verbo, existe a presença do Espírito de Deus. Por isso, quem é diferente tem que respeitar o outro, tem que defender e promover a cultura. E, ainda hoje, o atual Santo Padre, o líder e chefe da nossa Igreja Católica, através de suas viagens pelo mundo todo, vem testemunhando que é assim que devemos conviver: no respeito pela diferença do outro.

O outro não é adversário; ele é diferente, mas é irmão, é companheiro de caminhada. O que o CIMI tem feito, ao longo dos seus 30 anos, é precisamente isso, no respeito, no companheirismo, na defesa dos direitos dos povos indígenas, e vem, também, testemunhando que é possível conviver em harmonia, até em amizade e em fraternidade. Aquele Senhor que se fez semente, para que brotasse vida para todos, tem sido seguido por muitos companheiros e companheiras que, também, se fizeram sementes. Sementes boas, que foram lançadas, às vezes, com a própria vida, com o derramamento do próprio sangue, para que vida nova brotasse. E aquele sonho de Deus, tão bonito, de que todos pudessemos habitar e conviver juntos, tornou-se também visível no sonho de tantos povos indígenas deste grande País. E que possa sempre se concretizar o sonho de que não queiramos mal nenhum, queiramos semear e praticar o bem. A terra sem males é de todos nós, a terra sem males, no fundo, não é só sonho, é também esperança e já realidade, porque aquilo que tentamos realizar hoje é sinal, é testemunho de que também os legítimos representantes do povo mineiro nesta Casa estão querendo ajudar a todos nós, para que haja mais dignidade para todo o povo mineiro. E esses povos indígenas fazem parte desta terra de Minas Gerais, que tanto tem lutado pela liberdade, pelos valores e pela cultura. Só podemos nos enriquecer com a variedade, a pluricultura de tanta gente boa, cujas sementes continuarão a ser plantadas e a crescer nesta maravilha das nossas crianças, que vimos neste vídeo tão bem feito.

Queremos agradecer, em nome do episcopado de Minas Gerais e do Espírito Santo, que compõe o Leste 2, por essa iniciativa da Deputada Maria José Haueisen. Agradecemos o trabalho dos nossos irmãos e irmãs, companheiros de luta no Conselho Indigenista Missionário - CIMI -, por estes 30 anos. E agradecemos, sobretudo, a vocês, queridos representantes dos povos indígenas, pelo seu testemunho de luta, dignidade e beleza, na conquista desta terra sem males. Deus abençoe a todos.

Exibição de Vídeo

O Mestre de Cerimônias - Anunciamos aos presentes o lançamento do vídeo "Índios de Minas Construindo o Futuro", que será exibido neste instante.

- Procede-se à exibição do filme.

Entrega de Placas

O Mestre de Cerimônias - Neste momento, a Sra. Presidente, Deputada Maria José Haueisen, fará a entrega à Sra. Arcina Antônia Bispo Santana, do povo Xakriabá, de uma placa alusiva a esta comemoração. Ela receberá a placa em nome dos povos indígenas, simbolizando a

resistência desses povos.

A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Neste ano de 2002, em que a Campanha da Fraternidade tem por lema 'Uma terra sem males', a Assembléia Legislativa de Minas Gerais reafirma, no Dia dos Povos Indígenas, sua solidariedade às lutas e às causas dos primeiros habitantes do Brasil, reconhecendo que o território nacional, com suas terras, suas matas, suas águas e suas riquezas naturais, tem suas raízes históricas consagradas pelas vidas indígenas que povoaram pioneiramente este chão. Vidas que merecem, hoje e sempre, o reconhecimento de toda a sociedade, com a garantia plena de seus direitos. Belo Horizonte, 19 de abril de 2002, Deputado Antônio Júlio, Presidente."

- Procede-se à entrega da placa.

O Mestre de Cerimônias - A Sra. Presidente, Deputada Maria José Haueisen, fará a entrega ao Sr. Sebastião Moreira, Secretário Adjunto Nacional do CIMI, de placa alusiva a esta comemoração, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI -, a homenagem e o reconhecimento da Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelos 30 anos de trabalho e de luta ao lado dos povos indígenas, sob o compromisso do respeito à diversidade cultural e aos direitos históricos dos primeiros habitantes do Brasil, na perspectiva de construção de uma sociedade democrática, justa, solidária e pluricultural. Belo Horizonte, 19 de abril de 2002, Deputado Antônio Júlio, Presidente."

- Procede-se à entrega da placa.

O Mestre de Cerimônias - A Sra. Presidente fará a entrega ao Sr. Luciano Marcos Pereira da Silva, Coordenador do Conselho Indigenista Missionário - Regional Leste, de placa alusiva a esta comemoração, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Ao Conselho Indigenista Missionário Regional - CIMI - Leste -, com atuação nos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e da Bahia, o povo mineiro, representado pela sua Assembléia Legislativa, enaltece o trabalho desenvolvido desde 1978 pelas equipes de base do CIMI - Leste, em suas múltiplas atividades de apoio aos 13 povos indígenas presentes na região, respeitando seus valores culturais, defendendo seu direito à terra, promovendo sua autonomia e reivindicando a construção de uma sociedade mais justa e mais solidária, aberta à diversidade cultural. Belo Horizonte, 19 de abril de 2002. Deputado Antônio Júlio, Presidente."

- Procede-se à entrega da placa.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades e demais convidados.

ATA DA 236ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 17/4/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para verificação do número regimental; inexistência de quórum para votação; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061; requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; deferimento; votação do veto, salvo destaque; rejeição; votação do veto ao inciso 1463 do Anexo V; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024; discursos dos Deputados João Paulo e Márcio Cunha; votação secreta; questões de ordem; anulação da votação secreta; questão de ordem; renovação da votação secreta; rejeição - Votação, em turno único, dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.026 e 15.042; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055; discurso do Deputado Fábio Avelar; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063; discurso dos Deputados Alencar da Silveira Júnior e Alberto Bejani; votação secreta; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052; requerimentos dos Deputados Arlen Santiago, Sebastião Costa e Luiz Fernando Faria; deferimento; discursos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Sargento Rodrigues, Cristiano Canêdo, Alencar da Silveira Júnior, João Leite, Hely Tarquínio e Alberto Bejani; leitura do § 1º do art. 1º e do art. 5º da proposição; votação secreta do veto, salvo destaques; manutenção; votação do veto ao art. 6º; discurso do Deputado Arlen Santiago; votação secreta; rejeição; votação do veto ao art. 7º; manutenção; questão de ordem; votação do veto ao art. 8º; manutenção; votação do veto ao art. 9º; manutenção; declarações de voto - Questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há quorum para votação. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Há, portanto, quórum para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2002. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opinou pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Antes, lembra ao Plenário que os Srs. Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim" e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Resumindo, "sim" mantém o veto, e "não" rejeita o veto. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, solicitando a votação destacada do inciso MCDLXIII do Anexo V. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o veto, salvo destaque.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 3 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados, totalizando 46 votos. Está, portanto, rejeitado o veto ao art. 9º e §§ 1º e 2º da Proposição de Lei nº 15.061. Em votação, o veto ao inciso 1463 do Anexo V.

- Registram seus votos os seguintes Deputados :

Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 26 Deputados; "não" 15 Deputados, 1 voto em "branco", totalizando 42 votos. Portanto, está mantido o veto ao inciso 1463 do Anexo V. Fica, portanto, rejeitado, em turno único, o veto ao art. 9º e seus §§ 1º e 2º da Proposição de Lei nº 15.061 (- À promulgação.) e mantido o veto ao inciso 1463 do Anexo V da mesma proposição. (- Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.).

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado João Paulo.

O Deputado João Paulo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria apenas de reforçar o pedido para que os colegas votem "não" a esse veto, a fim de que as gerações de consumo desses serviços possam ser humanizadas, tanto em relação à clientela do Banco, que passará a ter direito de ser atendida em 15 minutos e a ter banheiro para usar dentro do Banco, quanto para que os funcionários recebam outros colegas, com a geração de empregos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado João Paulo, mas quero acrescentar que, tendo sido Vereador por 16 anos em Belo Horizonte, aprendi que temos que atentar para aquilo que efetivamente é uma boa legislação. E, mais do que isso, para o respeito ao legislador. Quero, mais uma vez, conclamar os colegas Deputados a privilegiar, sempre, matérias sobre as quais ainda conseguimos legislar.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto. (- Pausa.)

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

Questões de Ordem

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, eu votei normalmente e, não sei por quê, meu voto não apareceu.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, pedi a V. Exa. para cancelar o resultado e submeter a matéria nova votação em virtude do que acabou de acontecer, pois o Deputado Márcio Cunha veio ao microfone em apoio à rejeição do veto e o voto dele não apareceu.

O Sr. Presidente - Tendo em vista as questões de ordem suscitadas pelos Deputados Márcio Cunha e João Paulo, a Presidência torna sem efeito a votação e vai renová-la.

Questão de Ordem

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, solicito que, neste interstício entre a primeira e a segunda votação, V. Exa. convoque os parlamentares que estão em comissão, para votarem também. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado que há 45 Deputados no Plenário, não há necessidade de convocação dos membros que estão nas comissões, que são apenas dois Deputados. A Presidência solicita que aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 7 Deputados. Votaram "não" 39 Deputados, totalizando-se 45 votos. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 6 Deputados. Votaram "não" 37 Deputados, totalizando 43 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042, que proíbe a empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 11 Deputados. Votaram "não" 36 Deputados, totalizando 47 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a discussão do projeto que diz respeito à pesca e à aquicultura durou dois anos nesta Casa. De seus quase 40 artigos, apenas um foi vetado, e acredito que por equívoco da área técnica do Governo.

Um artigo assim, com tamanho alcance social, jamais poderia ter sido vetado. Determina que, no período de piracema, em que os pescadores

profissionais não têm condição de executar sua função, seja concedida cesta básica ao pescador devidamente registrado no IEF e nos órgãos do Governo. Para isso serão usados os recursos advindos das multas previstas nesta lei. Trata-se de uma medida que, se aprovada, virá minimizar as drásticas condições dos pescadores à época do defeso.

Quando esse artigo foi analisado pela Comissão Especial, o relator, Deputado Paulo Piau, baseado nos estudos da assessoria jurídica da Casa, entendeu que houve equívoco por parte da assessoria técnica do Governo. Peço, portanto, aos Deputados apoio para a derrubada do veto.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 9 Deputados. Votaram "não" 36 Deputados; houve um voto "em branco", totalizando 46 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055. Oficie-se ao Sr. Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, esse projeto visa única e exclusivamente à fiscalização dos bingos no Estado de Minas. Hoje quem fiscaliza é Brasília. Devido à ação da CPI dos Bingos, no último ano, 12 empresários foram presos e dois bingos foram fechados por falta de fiscalização. Se a Assembléia Legislativa não desempenhasse seu papel, o povo mineiro estaria perdendo.

Toda a arrecadação dos 18 bingos em Minas Gerais vai para Brasília, para a CEF. Nosso Estado fica mendigando verba para o desporto, para ações sociais. Com a fiscalização aqui, imediatamente, teríamos arrecadação de todo o montante de impostos. Esta Casa pode avançar, como aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, cuja loteria aplica na segurança, na saúde e na educação, porque privatizou os bingos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa começa a ficar alerta. Ontem, fazia as contas com os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais, a quem mostrava a importância da derrubada desse veto e da legalização da situação das máquinas.

Na Capital Federal, há "outdoors" espalhados. O lucro do Banco do Brasil no último ano foi de R\$30.000.000,00. O Estado de Minas Gerais deixou de arrecadar, com a loteria do Estado, depois da intervenção do Ministério Público, no dia 1º de abril do ano retrasado, R\$35.000.000,00. O Governo aplica R\$40.000.000,00 por ano na segurança pública. Se esse dinheiro fosse todo investido na segurança pública, haveria mais segurança em Minas Gerais.

Faço um apelo aos companheiros e a esta Casa. Teremos como gerar emprego, como trazer mais receita para Minas Gerais sem precisar ficar pedindo dinheiro fora. Peço aos Deputados que votem "não", por um trabalho social mais digno em Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani* - Ratifico as palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior em relação a esse projeto. Enquanto se fantasia a proibição do bingo no Estado de Minas Gerais, vemos que vários estão funcionando camuflados e que outros poderiam funcionar - se fizermos aquilo que é nossa obrigação -, abrindo novas portas e dando novos empregos.

Parabéns, Deputado Alencar da Silveira Júnior. V. Exa., mais uma vez, mostra-se um homem preocupadíssimo com aqueles que trabalham, com aqueles que querem novos empregos. Portanto, não tenham dúvida de que os 77 Deputados, todos conscientes, irão votar pela derrubada desse veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 8 Deputados; votaram "não" 43 Deputados, totalizando 51 votos. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui a gratificação-saúde para o servidor do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno.

- A seguir, vêm à Mesa e são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Arlen Santiago, solicitando votação destacada para o art. 6º; Sebastião Costa, solicitando votação destacada para o art. 7º; e Luiz Fernando Faria, solicitando votação destacada para os arts. 8º e 9º.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da saúde, quero fazer um apelo a todos os parlamentares presentes, para que rejeitem esse veto, a fim de garantir condições mínimas para a promoção da dignidade desses trabalhadores da área da saúde.

Vou dar um testemunho de quem passou pela Secretaria da Saúde. Quando lá estive, constatei que o setor do Governo mais maltratado, do ponto de vista salarial, é o da saúde. Precisamos fazer muita coisa lá: concurso público, estruturação da carreira, etc.

Mas neste momento é fundamental garantir aos trabalhadores do setor administrativo da saúde esse mínimo de recursos. Nosso voto "não", rejeitando esse veto, é um ato de respeito e uma homenagem a esses trabalhadores que, com tanto empenho, têm servido a Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, também gostaria de fazer o encaminhamento pela derrubada do veto do Governador Itamar Franco, pois entendemos que não podemos ter duas categorias de servidores em uma mesma secretaria, sendo que apenas uns podem receber aumento salarial e melhorar sua qualidade de vida, tendo condições para suprir suas necessidades vitais básicas, como está previsto no art. 7º da Constituição Federal, para todo trabalhador. É inadmissível que o chamado servidor da área operacional esteja recebendo aumento salarial da ordem de 30%, enquanto o mesmo não acontece com os demais servidores, que estão nos bastidores, dando suporte para que a secretaria se locomova e seja verdadeiramente operacional, no sentido de dar condições para que o Estado trate da saúde.

Mas, infelizmente, hoje temos uma divisão: os servidores contemplados na votação anterior tiveram seu aumento salarial defendido por esta Casa. Agora, como autor da emenda que determinou o aumento salarial, estendendo-o também à categoria dos servidores administrativos, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para pedir aos companheiros que votemos da mesma forma como votamos no 1º e no 2º turno, aprovando a matéria. É essencial darmos um voto de qualidade e de humanidade, para que possamos destinar a esses servidores um tratamento igualitário, que está previsto em nossa Carta Magna: o direito de igualdade, o direito de receber o que foi cedido aos outros servidores. Portanto, peço encarecidamente que os companheiros votem "não" em relação ao art. 1º e, em especial, a seu inciso I, para darmos condições de o aumento salarial ser estendido aos servidores da administração. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Cristiano Canêdo.

O Deputado Cristiano Canêdo* - Caros Deputados, vou encaminhar pela rejeição do veto do Governador. Já votamos aqui os projetos de lei em favor da saúde; votamos, nos vetos do Governador, a favor dos funcionários da FHEMIG, da HEMOMINAS, do IPSEMG e, também, no primeiro projeto do Governador, a favor dos funcionários da Secretaria da Saúde. Mas o Governador vetou o aumento para os funcionários administrativos. Ou seja, aprovamos, aqui, aumento para os funcionários que ganham os maiores salários na secretaria, enquanto para aqueles de menor salário, que são os administrativos, os aumentos foram vetados. Então, quero dizer que toda a Bancada do PTB é pela rejeição. Vamos votar a favor dos funcionários administrativos, de menor salário na secretaria, cujo aumento o Governador não aprovou. Vamos dar a todos os servidores da saúde condições de um trabalho mais digno e salário mais justo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - É só para deixar claro que, por justiça, o PDT, que é um partido trabalhista, vota "não", e gostaríamos de contar com a colaboração de todos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Também votaremos pela rejeição do veto do Governador, mas gostaríamos apenas de lamentar que esse não tem sido o tratamento que temos dispensado aos servidores do Poder Executivo e aos servidores do Poder Legislativo, que, quando se manifestaram, perderam cargos na Assembléia Legislativa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Com a permissão do Líder do partido, queremos dizer que toda a Bancada do PSDB também votará pela derrubada do veto, e conclamamos o Plenário para que, nessa votação, o Governador não tenha nenhum voto, que seja a zero.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani* - Sr. Presidente, a Bancada do PFL está conscientizada de que temos de derrubar o veto do Governador Itamar Franco. Portanto, o PFL também assume publicamente que vamos derrubar esse veto, que achamos, em primeiro lugar, desumano com funcionários que necessitam tanto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura do § 1º do art. 1º e do art. 5º da Proposição de Lei nº 15.052.

O Sr. Secretário - (- Lê:)

- O § 1º do art. 1º e o art. 5º da Proposição de Lei nº 15.052, lidos pelo Sr. Secretário, foram publicados na edição de 22/12/2001.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto, salvo destaques.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor

George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 19 Deputados; votaram "não" 36 Deputados; houve 2 votos em branco, totalizando 57 votos. Está, portanto, mantido o veto ao § 1º do art. 1º e ao art. 5º da Proposição de Lei nº 15.052. Votação do art. 6º. Com a palavra, para encaminhá-la, o Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago* - Quero dizer aos Deputados que o art. 6º, destacado, é o que institui uma gratificação por eficiência no serviço para os funcionários da saúde da UNIMONTES. A FUNED, a FHEMIG, a HEMOMINAS já têm esse benefício. E não alterará os cofres do Tesouro porque será feito por meio de receitas produzidas através do SUS. Para que façamos justiça a esses funcionários da UNIMONTES, pediríamos aos Deputados que derrubassem o veto, já que contamos até com a anuência do Líder do Governo, Antônio Andrade.

O Sr. Presidente - Em votação, o art. 6º.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 16 Deputados; votaram "não" 39 Deputados, totalizando 55 votos. Está, portanto, rejeitado o veto ao art. 6º da Proposição de Lei nº 15.052. Em votação, o veto ao art. 7º.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 24 Deputados; votaram "não" 29 Deputados. Houve 1 voto em branco, totalizando 54 votos. Está, portanto, mantido o veto ao art. 7º da Proposição de Lei nº 15.052.

Questão de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Solicito à Mesa que faça a votação conjunta dos dois próximos vetos porque um completa o outro.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Carlos Pimenta que já havia a decisão da votação destacada dos arts. 8º e 9º. Em votação, o veto ao art. 8º.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 21 Deputados; votaram "não" 35 Deputados, totalizando-se 56 votos. Está, portanto, mantido o veto ao art. 8º da Proposição de Lei nº 15.052. Em votação, o veto ao art. 9º.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 28 Deputados. Votaram "não" 22 Deputados. Houve 1 voto "em branco", totalizando 51 votos. Está, portanto, mantido o veto ao art. 9º. Fica, portanto, mantido, em turno único, o veto ao § 1º do art. 1º e aos arts. 5º e 7º a 9º da Proposição de Lei nº 15.052 (- Oficie-se ao Sr. Governador do Estado), e rejeitado o veto ao art. 6º da mesma proposição (- À promulgação).

Declarações de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, servidores administrativos da Secretaria da Saúde, lamentamos profundamente a não-derrubada do veto do Governador. Por apenas 3 votos, os servidores não ficaram devidamente amparados e, certamente, não foram atendidos em uma reivindicação que, além de justa, iria lhes trazer uma tranquilidade maior.

Temos consciência de que esses servidores, há cerca de sete anos, não recebem reajuste salarial. Infelizmente, no momento em que poderiam ser contemplados como já foram os demais servidores, esta Casa deu 36 votos na direção correta, mas não aprovou a derrubada do veto, não disse "sim" ao servidor administrativo, especificamente falando, dessa Secretaria.

Portanto, é lamentável que esta Casa não tenha derrubado esse veto; é lamentável que não tenha havido, por parte de alguns companheiros, a sensibilidade de estender os 30% de reajuste a uma classe que, verdadeiramente, precisa, necessita desse aumento.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada nos anais desta Casa a nossa posição, o nosso voto. Apesar de ser da base do Governador Itamar Franco, fizemos a emenda, que foi aprovada por este Plenário em dois turnos. Assim, mais uma vez, lamentamos profundamente que não tenha ocorrido a derrubada final desse veto neste Plenário. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se viu nesta Casa hoje, efetivamente, foi uma falha muito grande da observação e do poder de se fazer justiça pelos Srs. Deputados. Tivemos em nossas mãos uma oportunidade ímpar de ajudar os nossos funcionários que saem derrotados, não somente os daqui como os de todo o Estado.

Tínhamos apresentado uma emenda, juntamente com V. Exa., para a criação de duas diretorias regionais, uma em Pará de Minas, outra em Januária. A nossa região, o Norte de Minas, congrega mais de 100 municípios. Torna-se impraticável a administração da Diretoria Regional de Saúde do Norte de Minas, e criamos a Diretoria de Januária. Tínhamos garantido, por meio de companheiros e Deputados, essa votação. Mas houve 21 votos contrários a essa pretensão, que não é minha nem de V. Exa. Fico profundamente triste com esse episódio que vimos. Somos Deputados assíduos. A nossa palavra tem garantia em qualquer circunstância, porque o nosso voto é transparente, aberto e livre, em respeito aos companheiros. Sinto-me traído até por companheiros do Norte de Minas que votaram contra a Diretoria Regional de Saúde de Januária e os funcionários da área de saúde. Espero que esta Casa tenha mais credibilidade e mais palavra, porque a minha palavra empenhada é cumprida. Houve companheiros aqui que, de frente, garantiram a votação, mas, por trás, votaram contra a pretensão da saúde pública de Minas Gerais e, principalmente, contra a minha região, infelizmente. Fico decepcionado com a votação deste Plenário e com a posição de companheiros que têm um comportamento antagônico.

O Deputado Cristiano Canêdo - Sr. Presidente, caros companheiros, é realmente difícil entender o resultado da votação de hoje; é difícil compreender como esta Casa não rejeitou o veto do Governador, o qual era contra os funcionários administrativos da Secretaria da Saúde, enquanto votaram aumento e gratificação para servidores da UNIMONTES, para médicos e funcionários do Hospital das Clínicas. O Hospital das Clínicas e os servidores da UNIMONTES realmente merecem, mas os servidores administrativos da Secretaria também mereciam. Como criar novas regionais de saúde em que os funcionários administrativos trabalhem, se recebem um salário mísero, enquanto os outros funcionários tiveram aumento de salário?

As regionais de saúde não foram aprovadas porque há uma necessidade de reformulação. Há regional de saúde com 12 municípios, enquanto outra tem 80. Na Zona da Mata, perto da minha região, há oito regionais de saúde. É preciso haver uma reformulação. Talvez seja por isso que os Deputados não aprovaram as regionais. Para que funcione uma secretaria de saúde ou uma regional de saúde, é preciso haver amparo e apoio dos funcionários administrativos. E, quando eles precisam desta Casa, ela os rejeita. A Casa aprovou para a FHEMIG, o IPSEMG, a HEMOMINAS, para médicos e enfermeiros, enquanto os funcionários administrativos não tiveram melhoria alguma.

O orçamento da saúde no Estado é mais do que suficiente. No ano passado, o orçamento da saúde era 8,5% da arrecadação. E gastou-se muito menos que 5%. Ficaram mais de R\$300.000.000,00 do orçamento do ano passado sem serem aplicados na saúde. Neste ano, são 10% da receita do orçamento para aplicar na saúde. Sobra dinheiro do orçamento da saúde, enquanto a saúde do Estado precisa de investimento e seus funcionários precisam de reajuste de salário após oito anos. Mas não vimos coerência alguma a respeito de melhoria e condições de saúde em nosso Estado, uma vez que os funcionários administrativos, que são a alavanca e o apoio da secretaria, não são respeitados em seus direitos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero lamentar o voto de colegas pela manutenção do veto de acréscimo de gratificação aos servidores administrativos da Secretaria da Saúde. Qualquer análise mostra - e todos os que passaram pelo Governo sabem disso - que a situação dos servidores administrativos da saúde é muito mais precária do que a de todos os outros setores da administração pública. E não houve sensibilidade por parte desta Casa para esse fato. Não se trata de derrotar o Governador Itamar Franco. Trata-se de promover a justiça social, de valorizar os servidores da saúde. E muitos parlamentares não entenderam isso.

Então, quero fazer uma análise com V. Exas. a fim de que possamos entender o fenômeno que ocorreu aqui. Acho que organizaremos e melhoraremos o Estado sempre que pudermos investir na valorização dos trabalhadores. Os servidores precisam ser valorizados em todas as suas áreas. Mas gostaria de saber por que razão um Deputado pede destaque de votação em um projeto em que o interesse é aprovar. Por que um Deputado do Norte pede destaque para aprovar seu projeto, se não para votar contra? É preciso identificar isso com muita clareza.

O voto é secreto, e não vamos ficar caçando quem votou contra ou a favor. Mas é preciso analisar essas histórias. Não é preciso continuar assistindo a uma situação como essa. Como disse o Deputado Cristiano, deixaram de investir mais de R\$300.000.000,00 no setor de saúde. No ano passado, o Governo arrecadou mais de R\$8.000.000.000,00 e tinha a obrigação constitucional de investir 8,25% desse recurso na saúde. Investir na saúde é investir na qualificação profissional, na valorização dos trabalhadores e naqueles que precisam do atendimento direto à saúde. Lamentavelmente, isso não está ocorrendo em Minas Gerais. Esse Governo tem tido atitudes corajosas para denunciar o projeto neoliberal e se submete à lógica neoliberal com uma precisão maior do que aquilo que denuncia. Isso é grave.

Então, quero chamar a atenção dos companheiros da Secretaria da Saúde para esses fatos. Este momento é decepcionante para nós e representa uma derrota. Mas não é só este momento que vamos viver. Temos que continuar lutando, batalhando, porque outros governos e outros Deputados mais sensíveis surgirão nesta terra para servir aos interesses de Minas.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, queremos declarar que votamos favoravelmente ao projeto dos servidores da área da saúde por entender que estávamos fazendo justiça. Esse veto trouxe uma insatisfação muito grande aos trabalhadores. Infelizmente, hoje é um dia muito triste para todos nós que votamos com os servidores. Mas uma minoria insensível não entendeu os anseios desse povo tão sofrido.

Aproveito a oportunidade para dizer que não quis me manifestar quando foi votado o projeto de minha autoria, declarando meu voto, em respeito às pessoas que aqui estavam, para não retardar o processo de votação. Mas quero registrar minha indignação por esta Casa ter negado uma cesta básica para os pescadores que durante a época do defeso não têm o seu ganha-pão.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não compreendemos a lógica da votação de hoje. Tenho a certeza de que, se esse projeto tivesse sido apreciado ontem, o veto teria sido rejeitado. Não quero crer que isso tenha ocorrido somente pela presença nas galerias. Ontem, havia muito mais gente preenchendo as galerias. Não quero crer que seja só isso. Acredito que tenha faltado articulação e bom-senso aqui dentro para que essa votação não lograsse êxito. Nos dois projetos em que os vetos foram mantidos, no caso da Secretaria da Saúde e das regionais de Pará de Minas e Januária, tenho a certeza de que o Governador Itamar Franco e, principalmente, o Sr. Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício estão a favor de que seja feita recomposição salarial dos funcionários. Sei disso, pois conversei com ele, e ele é favorável a isso. Talvez o tenha faltado foi articulação, diálogo, entre os Deputados para que votassem seguindo essa lógica.

Os demais setores do Estado: o IPSEMG, a Fundação Ezequiel Dias, etc., já tiveram sua recomposição. Não consigo entender por que os funcionários da Secretaria de Estado da Saúde sejam e vão continuar sendo os "barnabés" do Governo do Estado, enquanto outros órgãos do Estado recebem salários altos. Quanto ganha um médico da Secretaria da Justiça ou de outras Secretarias? Quanto ganha um médico da CEMIG ou da COPASA? Ganham dois, três, quatro vezes mais do que um médico, um auxiliar de saúde, ou um auxiliar administrativo da Secretaria de Estado da Saúde. Era a última recomposição que faltava, e, infelizmente, não houve sensibilidade, diálogo nesta Casa para que se garantisse isso. Mas se Deus quiser, haverá nova oportunidade em que se fará essa recomposição.

Sobre a Regional de Janaúria, sou majoritário em Montes Claros e sou favorável a que se divida a Regional de Montes Claros com uma base em Janaúria, outra em Janaúba e outra em Pirapora. Iremos, com essas quatro regionais, redividir uma região que hoje é atendida por um único centro regional em mais de cem cidades da região. É um contra-senso, é impossível trabalhar. Por isso, essa divisão ajudaria demais, razão pela qual tenho certeza de que a bancada norte-mineira votou contra o veto para derrubá-lo, garantir o funcionamento da regional de Janaúria e, por consequência, a de Pará de Minas, que atende ao interesse da região do Deputado Presidente desta Casa. Não sei por que faltou sensibilidade, entrosamento para que não fosse viabilizado dessa vez esse benefício para a nossa região.

O Deputado José Braga - Sr. Presidente, também estranho o motivo por que houve destaques nesse projeto. Embora não tenhamos pensado antes, era meu entender que havia consenso nesta Casa e esse projeto seria votado no todo. Talvez, até mesmo, muitos desses artigos destacados não tenham tido a votação esperada, por causa da confusão estabelecida entre aqueles que estavam aqui para votar o projeto no todo.

Antes de declarar meu voto, quero manifestar meu estranhamento quanto ao motivo desses vetos a um projeto que pensávamos ser unânime nesta Casa.

Declaro meu voto para alguns funcionários com quem tenho contato e confiaram neste Deputado e digo que votei a favor dos funcionários, pela derrubada do veto. Há dias tenho freqüentado este Plenário. Tenho estado em todas as reuniões, esperando o momento de dar meu voto de acordo com a consciência, a favor da derrubada desse veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, se o Regimento da Assembléia permitisse, acho que deveríamos fazer outra votação, porque, depois das manifestações, ouvimos tantos Deputados dizerem que votaram pela derrubada do veto, que estou crendo que houve erro. Foram muitos os que disseram que votaram com os servidores, mas o placar do jogo foi a derrota para a categoria.

Ouvimos, a todo o momento, falarem na criação de novas regionais, mas, para pô-las em funcionamento, precisamos de pessoal administrativo. E, apesar de tantas promessas de que receberiam justiça, os servidores foram derrotados.

A explicação que estamos ouvindo agora é que a folha do funcionalismo estadual está comprometendo a receita. Depois de aumentar o salário de tantos setores, esses servidores foram escolhidos para ser injustiçados. Vão embora agora para casa, reunir-se com a família e dizer aos filhos: "Fui injustiçado. Não vou receber aquilo que me é de direito".

Quero me unir a vocês. Sei que não posso sentir toda a tristeza que estão sentindo neste momento. Injustiça dói. Mas é preciso repor a verdade: não foram todos esses que votaram pela rejeição do veto. Se assim tivesse sido, o veto teria sido rejeitado.

Estamos acompanhando uma lógica perversa neste Plenário. Fizemos acordos e entendimentos que não estão sendo cumpridos. Ouvi de vários Deputados: "Pode ficar tranquilo. Vamos derrubar o veto". No entanto, servidores administrativos estão voltando para casa sem receber o que receberam os outros que também vieram aqui. Por que isso? Falta uma explicação do Governo para essa situação. Este Estado não é justo, este Governo não é justo, este Poder Legislativo, que representa o povo, não é justo. (- Palmas.)

O Deputado Gil Pereira - Votei "não" com a consciência tranqüila, assim como fiz o compromisso com os servidores de Montes Claros e de todo o Norte de Minas. Fui pela rejeição do veto.

O Norte de Minas só tem uma regional de saúde para mais de cem municípios. Janaúria e Pará de Minas foram prejudicadas. Votei "não" para rejeitar também esse outro veto que prejudicava minha região.

Tenho a consciência tranqüila e posso garantir aos servidores que contem com o Deputado Gil Pereira, porque ele sempre vota a favor dos servidores, principalmente os da saúde.

O Deputado Hely Tarquínio - Fui relator da Comissão de Administração Pública e trabalhei pela derrubada do veto, representando também a Bancada do PSDB.

Cabe uma reflexão sobre o comportamento do Plenário. Faço minhas as palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão de que ninguém havia pedido destaque dos outros projetos. Mas, quanto a esse, exatamente a base do Governo pediu que se aprovasse a proposta do Governo.

A gratificação do setor administrativo da saúde foi aprovada por esta Casa nos dois turnos, neste Plenário.

De repente, veio a base do Governo, mais uma vez orquestrada. Este Poder precisa deixar de ser submisso ao Poder Executivo. É um Poder independente, pode viver em harmonia com o judiciário e com o Executivo. Tem de expressar a justiça com os servidores públicos, com o povo de Minas Gerais.

Mas a Casa continua subserviente. Este é o balanço que faço da votação que ocorreu. Não havia como manter o veto. Os Deputados da Bancada do PSDB e os de outras bancadas votaram pela derrubada do veto. Perdemos. Mas não vamos deixar de protestar contra a subserviência deste que é o maior dos Poderes. Precisamos tornar as coisas mais lógicas. Isso não acontece só neste Governo, mas na maioria dos governos que conheci durante 12 anos. E anteriormente, da mesma forma. O parlamento mineiro, que tanto gostamos de enaltecer, está faltando com o compromisso com o povo. E essa votação é a expressão desse resultado.

Fica nosso protesto e a reflexão de que este parlamento precisa ter a grandeza de representar, num compromisso, a vontade do servidor e a vontade do povo de Minas Gerais. Não podemos ser orquestrados. Obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, não podemos aceitar que um funcionário da saúde com 16 anos de serviço receba R\$300,00.

Estou lutando pela criação de uma regional de saúde em minha cidade, Janaúba. Não conseguimos. Se for permitido pelo Regimento Interno desta Casa, faremos nova votação. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, esta Casa perdeu a oportunidade de fazer justiça social. O que me deixa boquiaberto é um projeto ter sido expressivamente aprovado, com quase 70 votos, e agora só termos 36. O Deputado João Leite lembrou bem. Se todos os Deputados que encaminharam a votação tivessem votado favoravelmente mesmo... V. Exa. tem de mandar dar uma olhadinha no painel e nos computadores, que devem estar com defeito. Não perdeu o Deputado Alencar da Silveira Júnior, perderam as famílias de todos os que aqui estão, de todos os que passam dificuldade, recebendo o miserável salário pago pelo Estado. Perdeu a Assembléia também. E perderam principalmente os 27 Deputados que estavam fora e não tiveram a oportunidade de votar e virar essa votação. Muito obrigado.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, votei "não", como votei em todos os vetos do Governador. Infelizmente, alertei que tínhamos poucos Deputados presentes para colocar o veto em votação. Com a experiência de três mandatos, corre-se risco quando aqui não se encontram mais de 65 Deputados. Os servidores da saúde, já tão sacrificados, têm de saber que quem votou contra foi a base do Governo. Se todos os que compareceram votaram a favor, então, este painel está estragado.

Acho que seria justa uma nova votação. Não vejo aqui nenhum Deputado que tenha votado "sim", todos votaram "não". Realmente, ficamos tristes, porque esta Casa concedeu aumento a vários outros servidores, mas a saúde, que faz um trabalho tão bonito na área social, foi derrotada. Esta Casa está derrotada, os Deputados estão derrotados. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, como ainda existem matérias para serem votadas, solicito a recomposição do quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado João Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação de nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvocando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 347ª reunião ordinária, em 23/4/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Homenagem ao Dia do Espírita.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Professora Janete Gomes Barreto Paiva para integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em plenário, o Deputado Mauro Lobo opinou pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 23/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.988/2002, do Deputado João Paulo; 1.762/2001, do Governador do Estado; 1.964/2002, do Deputado João Paulo; 1.967/2002, do Deputado Sebastião Costa; 1.970/2002, do Governador do Estado; 1.976/2002, do Deputado Carlos Pimenta; 2.004/2002, da Comissão Especial do Esporte; 2.007/2002, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.021/2002, do Deputado João Paulo; 2.026/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.029/2002, do Deputado Fábio Avelar; 2.030/2002, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.043/2002, do Governador do Estado; 2.048/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.049/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.055/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.063 e 2.064/2002, do Deputado Arlen Santiago; 2.066/2002, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.815/2001, do Deputado Fábio Avelar; 1.891 e 1.959/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.019/2002, do Deputado Ivo José; 2.023/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.031/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.033 a 2.036/2002, do Deputado João Leite; 2.037/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.039/2002, do Deputado Paulo Pettersen; 2.040/2002, do Deputado Rêmolo Aloise; 2.041/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.042/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.044/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.046/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.067/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.072/2002, do Deputado João Leite; 2.075 a 2.077, 2.079 e 2.081/2002, do Deputado Antônio Andrade; 2.086/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal, a realizar-se às 15 horas do dia 23/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoimentos dos Srs. José Karam, Superintendente das Organizações Penitenciárias da Secretaria da Justiça, e José Nilson Soares Gomes, ex-Diretor de Segurança da Penitenciária José Maria Alkimim.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 89ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 23/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.257, 3.258 e 3.259/2002, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 24/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 24/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 451/99, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.266/2002, do Deputado Ermano Batista; 3.272/2002, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 24/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.264/2002, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Aduato, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmolio Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2002, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas, para obter informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

344ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/4/2002

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, apesar de me restarem apenas 4 minutos, tendo em vista a reunião especial em homenagem ao PROCON Estadual, gostaria de aproveitar esse tempo para relatar o que sempre tenho pedido nesta Casa, o empenho dos companheiros, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, no que diz respeito à atenção ao uso e ao tráfico de drogas no Estado. Hoje, após o almoço, ao passar por uma praça ao lado da Assembléia, estávamos vendo, a certa distância, cerca de seis jovens, na faixa etária de 13 a 15 anos, do Colégio Estadual Marconi, fumando um cigarro de maconha, já no fim. Por mais rápida que fosse uma ação da polícia, não seria capaz de fazer a apreensão desses menores. Por que trago esse assunto a esta tribuna, nesta tarde? Porque hoje estamos vendo as nossas famílias, em especial os nossos jovens, os nossos adolescentes, enveredando por caminhos tortuosos, os caminhos das drogas. Estamos reunidos, nesta Casa, para discutir a questão do FUNPREN, o Fundo Estadual de Prevenção, que, certamente, destinará recursos para a educação, a prevenção e o tratamento dos usuários de drogas.

Estivemos, na parte da manhã, com o Dr. Antero Drumond, Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN -, do qual faço parte como membro do Poder Legislativo. Não poderíamos deixar de registrar este fato, ao qual assistimos cada vez mais: filhos e filhas, principalmente adolescentes, nesses caminhos tortuosos, os caminhos das drogas. Essa é uma preocupação que devemos ter como pais, como mães e como pessoas que, certamente, querem uma vida melhor, um futuro melhor para seus filhos, para suas famílias.

Por tudo isso, na última vez em que ocupamos esta tribuna, criticamos de forma efusiva o Governo Federal, por sua missão no que diz respeito às fronteiras do nosso País. Quando tratamos do tráfico de drogas e do contrabando de armas que entram pelas nossas fronteiras, estamos lidando com um assunto de competência única e exclusiva do Governo Federal. Aos poucos, estamos assistindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos nossos jovens serem levados por traficantes, sendo usados por eles para que o tráfico seja lucrativo, para que eles tenham, cada vez mais, um lucro maior, para a sua satisfação pessoal.

Portanto, é necessário que esta Casa vote os vetos, para que também votemos o projeto de resolução de autoria da Mesa que cria a Comissão Permanente de Segurança Pública e Defesa Social, para acompanharmos fatos como esse que tive a oportunidade de ver, não só durante 15 anos exercendo a função policial como também hoje, quando, em plena praça pública, vimos cerca de seis jovens acabando de fazer uso de um cigarro de maconha.

É extremamente preocupante o que está acontecendo com as nossas famílias, com os jovens. Solicitamos a atenção especial dos companheiros Deputados, a fim de que possamos votar os vetos, limpar a pauta e dar prioridade aos demais projetos. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores ocupantes das galerias, só quero esclarecer para a platéia que nos assiste que esse projeto que estou discutindo é o último da pauta. Só o estou discutindo porque os Deputados da base governista, principalmente, não estão em Plenário para votar o projeto de vocês. O processo é regimental. Só porque não temos quórum para votação do veto, estamos encerrando a discussão de mais um veto deste Governo. Não sei se podemos chamar de Governo, mas vamos dizer do Governador. Governo é aquele que governa, Governador é aquele que foi eleito. Só temos um Governador que foi eleito, mas governar mesmo ele não governa. Aliás, além de não governar, é insensível. Ter vetado esse projeto de vocês demonstra a insensibilidade que tem em relação ao servidor público do Estado.

Queremos discutir e demonstrar a incompetência gerencial e administrativa do Governador Itamar Franco. Na verdade eu sempre me pergunto por que quis concorrer ao Governo de Minas Gerais. O que todos imaginam, o que a sociedade e o cidadão imaginam, é que alguém que queira disputar ou que se candidate a um cargo qualquer está interessado em aproveitar o cargo para realizar alguma coisa, para construir alguma coisa. Principalmente quando alguém se candidata ao Governo do Estado, supõe-se que essa pessoa tenha um projeto para melhorar a situação do povo. Mas o que vimos com o Sr. Itamar Franco é que na verdade ele pensou em usar o cargo de Governador de Minas Gerais para se projetar na sua candidatura para Presidência da República. O que fez nesse período todo? Apenas gastou dinheiro com a mídia para falar mentira, criou factóides, inventou uma birrinha pessoal com Fernando Henrique Cardoso e fez o seu "road show", seu passeio pelo Brasil afora. Há pouco tempo, dizem que tirou férias. Mas como alguém tira férias se não trabalhou? O que vemos? No final do ano passado, parece-me que tivemos 25 vetos a projetos de todo tipo. Os vetos foram tão absurdos, que a maioria já foi derrubada. Ele desconsiderou toda a discussão, todo o debate feito nesta Casa - em alguns casos mais de um ano de debates e audiências públicas, discussão até mesmo com os técnicos do Governo. O projeto tramitou em duas, três e, às vezes, quatro comissões permanentes; alguns casos foram tratados em duas, três, quatro ou cinco audiências públicas; foi aprovado em cada uma dessas comissões, veio a Plenário, foi debatido, voltou para a comissão, foi amplamente discutido, tendo a sociedade participado por meio de suas representações, foi aprovado por unanimidade nos dois turnos - vem o Governador e vota. É como se ele dissesse que não valeu nada o que os técnicos do Governo discutiram; não valeu nada a opinião do SEBRAE, da CDL, das associações comerciais, de todas as entidades que representam as microempresas e pequenas empresas; não valeu nada a discussão dos Deputados, dos técnicos da Assembléia Legislativa. Fico imaginando que deve ter sido algo assim que passou pela cabeça do Governador: "Vamos vetar, porque, se sancionarmos, vai dar um trabalho danado, vamos ter de fazer modificações na Secretaria da Fazenda. Isso dá um trabalho!". Parece que trabalho não é bem o verbo conjugado pelo Governador Itamar Franco. Não é esse o verbo que ele mais gosta de conjugar, porque é um verbo de ação, e ele é muito mais de reação. Já tivemos oportunidade de ocupar a tribuna para mostrar as graves distorções desses setores, que são os responsáveis pela receita de ICMS do Estado. Vimos que, no Rio de Janeiro, o Governador Garotinho, por competência gerencial e administrativa, saiu de R\$6.000.000.000,00 para R\$10.000.000.000,00 de mais de receita. Em Minas Gerais, o Governador não fez absolutamente nada.

Vejam os senhores e as senhoras: há uma concentração absurda no Estado de Minas Gerais. Aqui, 2,78%, ou seja, apenas 748 empresas em Minas Gerais são responsáveis, num universo de 307 mil empresas, por 60% da receita no Estado de Minas Gerais. E três setores de atividade são responsáveis por 40% desse total da receita, que é o setor de energia elétrica, o setor de combustível e o setor de telefonia. Essa distorção só pode ser corrigida com uma ação de Governo eficiente, competente e eficaz. Essa concentração aponta para a urgente necessidade de Minas Gerais incentivar as microempresas e pequenas empresas deste Estado, porque elas estão concentradas apenas em 100 municípios de Minas Gerais. Isso significa dizer que 743 municípios de Minas Gerais não dispõem de empresas de médio e grande portes. E como esse povo vai trabalhar? O que vai ocorrer? Irão deslocar-se do vale do Jequitinhonha, do vale do Mucuri e do Norte de Minas, para procurar emprego, já que lá não há trabalho, investimento, nem preocupação de distribuir bem as indústrias e empresas no Estado.

Das empresas, 86% são microempresas ou pequenas e estão espalhadas por todo o Estado, e, a partir do incentivo do Governo - se e quando houver Governo -, sairão de microempresa para pequena empresa e de pequena para média, efetivando o crescimento da economia e gerando empregos, já que cada uma delas gera de três a cinco empregos.

Vejam o quadro. Minas Gerais possuía, no início deste Governo, 307.000 empresas e terminará com 302.000, ou seja, houve retrocesso, diminuição das empresas. Enquanto isso, o Rio de Janeiro saiu de 187.000 para 305.000 ou 307.000 empresas, quase dobrou o número. Esse é um dado comparativo com um Estado vizinho. Se estivéssemos falando do Amapá, do Norte ou do Sul, poderíamos estar falando de outras realidades, mas estamos falando da região Sudeste.

Aliás, fazendo parênteses, ontem fui procurado por uma senhora que estava feliz com o Garotinho, porque tinha construído uma ponte em um município próximo à divisa de Minas Gerais. Temos visitado alguns lugares em que o povo diz: "Pelo menos, estamos vendo um Governador, porque o nosso não aparece aqui".

Portanto, derrubar esse veto é fundamental para o bem do Estado. Tenho certeza de que os Deputados mostrarão independência ao derrubar esse veto. Como um Deputado poderá retornar à base e ouvir de um microempresário: "Deputado, votou contra nós?"; certamente, não quererá ouvir isso, mesmo porque o Deputado está aqui para representar a base. Nossa democracia é representativa e participativa. É lógico que, entre o Governador e o povo, ficará com o último. Tanto isso é verdade, que já mostramos essa posição na votação do projeto Micro Geraes, aprovado por unanimidade, com a presença de 70 Deputados em Plenário, se não me falha a memória.

Entretanto, o Governador nem deve ter tais informações. Estou, inclusive, pensando em solicitar à minha assessoria que lhe envie esse quadro que fizemos. Provavelmente, não o lerá, mas, talvez, sua assessoria o leia e lhe mostre a realidade do Estado, a qual parece desconhecer.

As micro e pequenas empresas correspondem a não mais que 9% da receita do Estado e estão presentes em 86% dos municípios, gerando empregos e crescimento econômico, porque os empregados contribuirão com o INSS e terão poder de compra, aquecendo-se a economia.

Hoje, recebi, no gabinete, um pequeno empresário, desesperado e revoltado, que disse: "O Estado está acabando com os pequenos empresários de Minas Gerais". Falou até de chantagens que estão sofrendo, e estamos apurando. A insensibilidade chega a esse ponto, mas o mais grave é o que desejamos mostrar. Quando votamos o Projeto Micro Geraes, estava previsto, e criamos, um fundo, o FUNDESE, que recebeu o nome fantasia de GERAMINAS. Esse fundo prevê, porque ainda não foi modificado, que as microempresas contribuam mensalmente com, na época, R\$20,00; depois, o Governador aumentou para R\$30,00, de maneira simplificada. Esse fundo, que fica no BDMG, recebe o dinheiro arrecadado, que não é do Estado, porque não é imposto, e o micro, o pequeno e o médio empresários podem até optar por depositar no FUNDESE uma parte do ICMS. O propósito desse fundo é emprestar dinheiro para o capital de giro, para a compra de equipamento e a qualificação profissional, com juros subsidiados, exatamente para permitir que o micro se torne pequeno, depois, médio e, quem sabe, até um grande empresário, gerando centenas e milhares de empregos.

Para terem uma idéia do que isso significa, em uma das visitas que fiz ao Peru, um grupo de empresários, amigos e pessoas com objetivo

cristão e não empresarial fez uma cotização e juntou US\$50.000,00. Montaram uma pequena estrutura para emprestar a todos os que desejassem ampliar o seu ramo de atividades, e não tinham acesso ao sistema financeiro. Essa idéia se parece com a do Banco do Povo. Essa estrutura não era pública, mas privada. As doceiras, os sapateiros, as costureiras, enfim, todas essas atividades pequenas, das quais as famílias retiram o seu sustento, poderiam pegar dinheiro emprestado.

Então, para emprestar, bastava que a pessoa tivesse um amigo ou alguém que o indicasse e assumisse com ele o pagamento, porque era para ele pagar. Não havia cheque, não havia garantia, não havia nada. Bastava que tivesse alguém que, junto com ele, se responsabilizasse. Quando estive lá, os US\$50.000,00 já estavam num volume de US\$1.000.000,00. E, se não me engano, 100 mil famílias já tinham sido beneficiadas. Parece pouco, mas o resultado social é extraordinário, e foi, mais ou menos, essa idéia que nos motivou a criar o FUNDESE.

Para terem uma idéia, em 1998, quando começou a vigorar a lei - não lembro o mês exato -, foram arrecadados e depositados no BDMG R\$30.893.537,00. Foi arrecadado e creditado no fundo o valor exato. Em 1999, a arrecadação aumentou mais de 50%. Então, em 1999 - já era este Governo que está ali -, arrecadaram-se R\$48.627.379,87, mas - pasmem os senhores e as senhoras! - apenas R\$22.996.000,00 foram creditados no fundo. Os outros R\$25.631.000,00, ou seja, 47%, foram desviados, em vez de estarem no fundo para gerar crescimento econômico, emprego, enfim, intensificar a atividade industrial e comercial.

O Governo precisa explicar para onde levou esses R\$25.000.000,00. Não estão no fundo. No ano 2000, a arrecadação foi de R\$56.555.237,00, Deputado João Leite, e apenas R\$33.147.000,00 foram creditados no fundo. Mais R\$23.407.000,00 foram desviados do FUNDESE. Isso significa dizer que os micro e pequenos empresários ficaram sem esses recursos para gerar emprego e crescimento econômico. Quem sabe muitas dessas micro e pequenas empresas fecharam, faliram, porque não tinham mais capital de giro, não conseguiram crescer? E o que fizeram? Dificultaram o acesso, não informaram aos empresários, à sociedade. Desviaram.

Em 2001, o rombo foi maior: R\$61.509.000,00 foram arrecadados, mas apenas R\$24.000.000,00 foram creditados no FUNDESE. Deputado Sebastião Costa, R\$37.000.000,00 foram desviados. E nós, como o restante do Brasil, precisando gerar emprego, ficamos sem esses recursos.

O total: dos R\$197.585.000,00 arrecadados, apenas R\$111.000.000,00 foram creditados. O Governador Itamar Franco tem que prestar contas de R\$91.691.896,00. Talvez por isso tenha vetado esse projeto. Provavelmente, imagina que, matando os microempresários, não requererão mais nada. Essa pode ser uma lógica dele, absurda. R\$91.691.896,00 foram desviados. Governador Itamar Franco, o povo de Minas Gerais quer saber aonde V. Exa. colocou esse dinheiro. Por que não está no FUNDESE? Foi esse Governador que, por meio da sua base na Assembléia Legislativa, criou uma CPI para investigar o desvio dos recursos dos fundos. Isso foi exatamente o que fez, desviou R\$91.000.000,00.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/4/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.245, de 2002, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

nomeando Luzia Maria de Lucas Magalhães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Pedro Ivo Ferreira Caminhas, matrícula 10969-0, no período de 9/4/2002 a 12/4/2002.

Mesa da Assembléia, 19 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Álvaro Antônio Teixeira Dias, matrícula 2792-8, no período de 3/4/2002 a 15/4/2002.

Mesa da Assembléia, 19 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 8/5/2002, às 9h30min, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 6/2002, do tipo menor preço, por item, destinada à aquisição de ambulâncias zero-quilômetro, ano de fabricação 2002.

O edital poderá ser adquirido no endereço mencionado, mediante pagamento da importância não-reembolsável de R\$1,90.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. Objeto: fornecimento e instalação de sistemas de ar condicionado e condicionamento de compressor de refrigeração do tipo semi-hermético. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2 – 127 0001 44905100. Licitação: Tomada de Preços nº 19/2001.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sul América Aetna Seguros e Previdência S.A. Objeto: seguro de acidentes pessoais e coletivo para motoristas. Objeto deste aditamento: exclusão de 1 motorista da relação dos segurados. Vigência: De 15/3/2002 a 25/5/2002.